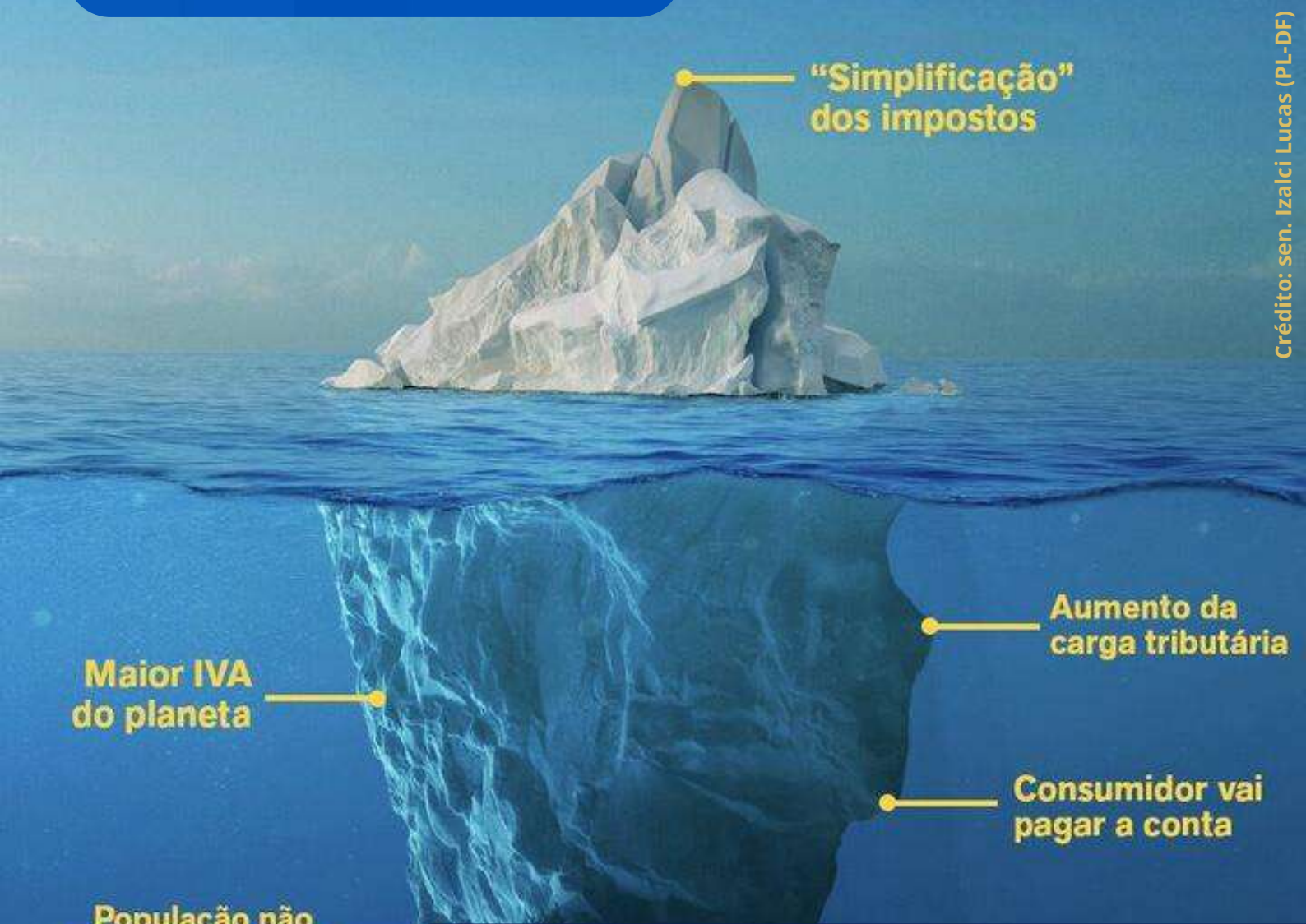


# Observatório da Oposição

15 DE JULHO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 58

DEPUTADO FEDERAL  
**EVAIR**  
DE MELO  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



“Simplificação”  
dos impostos

Aumento da  
carga tributária

Consumidor vai  
pagar a conta

Maior IVA  
do planeta

População não  
vê melhoria dos  
serviços públicos

**Reforma tributária: Aumento  
brutal de impostos penaliza  
a população e favorece  
burocracia**

Crédito: sen. Izalci Lucas (PL-DF)

**MARCOS  
ROGÉRIO**  
SENADOR

SENADOR MARCOS ROGÉRIO  
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

# PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

3

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Go-verno Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

DEPUTADO FEDERAL  
**EVAIR**  
DE MELO  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO





## ECONOMIA

# Reforma Tributária de Lula: Aumento Brutal de Impostos Penaliza a População e Favorece Burocracia

*A reforma tributária do governo Lula traz aumentos expressivos de impostos e promessas não cumpridas, prejudicando a população e trazendo críticas sobre a eficácia e a equidade das novas medidas fiscais.*

### Pontos preliminares sobre a reforma tributária

A aprovação da regulamentação da reforma tributária na Câmara foi marcada por contradições entre a regulamentação e a EC 132. Por essa razão, este texto tenta esclarecer pontos preliminares da reforma para futuros debates do tema no Senado.



## Carga tributária

- É importante destacar que a reforma aumentou a carga tributária já na largada. Na EC 132, a carga utilizada foi de 12,5% do PIB (a média de 2012-2021), quando a carga estava em 12% no fim do governo Bolsonaro. Isso já marca uma diferença de praticamente R\$ 60 bilhões de arrecadação extra nas três esferas da Federação.
- Nesse sentido, a alíquota de 26,5% já era difícil de acreditar durante os debates da regulamentação. Com o número de benefícios concedidos, essa alíquota é ainda menos crível.
- Tudo aponta, portanto, para que teremos o maior IVA do mundo. Isso é preocupante porque o imposto, apesar de utilizado pela maioria dos países, incide sobretudo na população mais pobre.
- A oposição foi favorável a um um teto de alíquota, que foi proposto por diversos parlamentares nas discussões da PEC 45. À época, o governo batalhou para que o teto não fosse imposto.
- Criou-se, então, uma trava na alíquota de referência. Essa “trava”, no entanto, é muito mais um indicador que mostra quão distantes estamos da referência do que efetivamente uma trava. Na prática, União, estados e municípios podem estabelecer suas alíquotas acima da referência, mesmo que isso represente arrecadação maior do que a histórica.
- Hoje, não há como garantir o cumprimento do teto de 26,5%, nem como garantir que ele não seja ultrapassado. Uma das razões para isso é que o governo se recusa a colocar a digital e dizer “esse setor terá redução e esse não”. Com isso, multiplicam-se os regimes beneficiados, enquanto o governo se omite do mérito.



*“O PT vive de narrativas. Na prática, só pensam em aumentar impostos.”*

[Sen. Izalci Lucas \(PL-DF\), no X.](#)

**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

- Uma proposta ventilada é que caso a alíquota ultrapasse os 26,5%, haveriam gatilhos que revisariam os regimes beneficiados.
- Esses gatilhos não são críveis, contudo. No texto inicial enviado pelo governo, previa-se uma avaliação do Imposto Seletivo e desses regimes só em 2033. Em ambos os casos, não há obrigação nenhuma de alteração. Isso mostra a falta de disposição em debater essas questões em um horizonte próximo.

## Isenção das carnes

- Lembramos que toda a área econômica do governo era contra incluir as carnes na cesta básica. O próprio presidente Lula disse que as carnes poderiam pagar um “impostozinho”.
- Ainda assim, o governo tenta pegar carona e declarar paternidade sobre a isenção, dado a popularidade do tema. Situação similar aconteceu na “taxação das blusinhas”, quando o governo se dizia contra, mas não vetou a medida.

*“Vejo integrantes do governo exaltando a inclusão da carne na cesta básica como se fosse uma ação do Planalto, e não do Congresso Nacional. Mas se o governo queria tanto isentar a carne, por que não incluiu isso no texto inicial? Ou por que esperou até o ultimo minuto para apoiar o destaque da oposição quando já havia votos suficientes para aprová-lo?”*

[Sen. Ciro Nogueira \(PP-PI\), no X.](#)



## O Imposto Seletivo foi desvirtuado

- **Um dos receios com o Imposto Seletivo é que ele se tornasse uma fonte de arrecadação, se distanciando do seu caráter extrafiscal. Isso, contudo, parece ter se consolidado na regulamentação.**
- Isso fica claro quando vemos os bens afetados pelo IS. Dentre os minérios, por exemplo, apenas os com grande valor na exportação foram tributados. Questiona-se se apenas esses teriam impacto negativo no meio ambiente, dado a escolha.

- Ainda assim, vê-se como positivo que mais minérios não tenham sido tributados, apesar da contradição com a intenção do imposto. O IS é um imposto cumulativo que retira competitividade das exportações e carrega seu custo pela cadeia, já que não se pode compensar créditos.
- Surpreendentemente, determinou-se que o IS também incidirá sobre veículos elétricos, que, no geral, poluem menos as cidades do que os veículos à combustão.



*“Depois de [@LulaOficial](#) se colocar contra uma família ter duas TVs, agora quer acusar de “pecado” quem deseja ter um carro. O inferno são os outros quando se pode comprar sofás e móveis luxuosos, além de viajar o mundo esbanjando o dinheiro público.”*

[Sen. Rogério Marinho \(PL-RN\), no X.](#)

- Essa escolha, porém, tem mais a ver com protecionismo do que com meio ambiente. Dado os critérios ambientais - que incluem estranhamente a produção nacional -, o IS sobre os elétricos se torna uma barreira adicional à importação.
- Esse caráter duplo no imposto seletivo desvirtua a ideia do imposto. Na prática, ele deixa de ser um tributo regulatório para se aproximar do atual Imposto sobre Produtos Industrializados, que possui caráter arrecadatório.

## A questão urbana também foi desvirtuada

- Uma inovação da EC 132 foi o benefício dado à reabilitação de áreas urbanas, inclusive as históricas. A regulamentação da reforma, contudo, desvirtua o que foi decidido na EC 132 sobre áreas urbanas.
- A EC, por exemplo, determinava uma isenção de até 100% para atividades de reabilitação urbana. Nesse âmbito, esperava-se uma isenção dos serviços e dos produtos.
- A regulamentação enviada pelo governo reduziu esse escopo. A redução de alíquota caiu de um máximo de 100% de redução para 60%. As atividades sofreram corte ainda maior: apenas os serviços foram beneficiados, excluindo-se os bens associados à reabilitação das áreas urbanas.

- Outro ponto é que essa reabilitação foi burocratizada. O município precisa de autorização de um Comitê composto por Ministérios e Comitê Gestor do IBS para ter esses benefícios.
- Ainda no tema urbana, passamos para as moradias. As vendas de imóveis entre pessoas físicas continuam tributadas apenas com o ITBI (municipal). Com pessoas jurídicas, temos outro assunto. Incidirá alíquota de 80% do IVA com redutor social. Essas operações são tributadas, atualmente, apenas pelo Pis/Cofins.
- Mesmo com isso, a estimativa é que a alíquota deverá subir para imóveis de todas as faixas de preço. Lembramos que, além do IVA, ainda haverá incidência do ITBI.
- O efeito disso é o possível encarecimento de imóveis e aluguéis, o que prejudica a expansão de moradias pelo país.

### Mais impostos para os trabalhadores

- A reforma tributária também afetará diretamente os motoristas de aplicativos de transporte, e conseqüentemente os consumidores de tal serviço.
- As empresas de locomoção se tornarão responsáveis pelo recolhimento do IBS e CBS, resultando na tributação de 26,5%, tendo como base de cálculo o ganho bruto das corridas, sem o desconto de combustíveis, seguro e manutenção, o que segundo especialistas representam de 40% a 60% dos lucros, restando para os trabalhadores de R\$ 100,00 gastos uma média de R\$ 13,00 a R\$ 33,00 de lucro.

*“Como líder da oposição, recebo com preocupação o texto da Reforma Tributária que vem da Câmara dos Deputados, em razão do ambiente em que esse texto foi construído. Considerando o que veio da Câmara, precisamos de tempo para discutir com maturidade, equilíbrio e responsabilidade.”*

[Sen. Marcos Rogério \(PL-RO\), no X.](#)



**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO





## TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

# Governo Lula Perdoa Dívida Bilionária da Âmbar Energia dos Irmãos Batista em Acordo Suspeito

*Em uma decisão suspeita, o governo Lula perdoa uma dívida bilionária da Âmbar Energia, do grupo J&F, levantando questionamentos de favoritismo em um acordo que contraria as regras.*

### Síntese

- Reportagem da revista Piauí revelou que o governo brasileiro discutiu o perdão de uma dívida contratual da Âmbar Energia, do grupo J&F dos irmãos Batista, relacionada ao Procedimento de Contratação Simplificado 01/2021 (PCS 01/2021) para construção de usinas termelétricas.
- Após não finalizar as usinas, a empresa foi declarada inadimplente pela Aneel, resultando em uma multa potencial de 6 bilhões de reais, entre outras sanções administrativas.





- O Ministério de Minas e Energia buscou resolver o impasse na Secex-Consenso/TCU, que recentemente arquivou um processo de acordo sem julgar o mérito, possibilitando a negociação do acordo pelo governo.
- O ministro Alexandre Silveira agiu rapidamente para salvar mais uma vez os "amigos" do PT, firmando um novo acordo que permite à Âmbar operar o contrato com usina diversa (UTE Cuiabá) e reduzir penalidades para R\$ 1 bi, em uma nítida afronta ao edital do PCS 01/2021.

## Análise

- [Segundo uma reportagem da revista Piauí](#), em outro episódio envolvendo o governo brasileiro e a Âmbar Energia do grupo J&F dos irmãos Batista, foi discutido o perdão de uma dívida contratual da empresa relacionada ao [Procedimento de Contratação Simplificado 01/2021 \(PCS 01/2021\)](#), que tinha por objetivo a construção de quatro usinas termelétricas para enfrentar a crise hídrica.
- [Fiscalização realizada pela Aneel](#) demonstrou que as usinas da Âmbar (UTES Edlux X, EPP II, UTE EPP IV e Rio de Janeiro I) não estavam finalizadas e estariam sujeitas a penalidades pecuniárias, impedimento de novas contratações, rescisão de contratos e revogação da outorga.
- Em razão do descumprimento contratual, a [Âmbar Energia foi declarada inadimplente no PCS 01/2021](#) em outubro de 2022, sujeita a sanções administrativas e à rescisão do contrato. Na prática, isso a obrigaria a pagar uma [multa de cerca de 6 bilhões de reais](#), além da aplicação das demais penalidades administrativas supramencionadas.
- Nesse contexto, o Ministério de Minas e Energia submeteu a situação à SecexConsenso do TCU, criada pelo presidente Bruno Dantas para promover soluções consensuais entre governo e empresas, facilitando acordos que incluem descontos e remissão de dívidas e inadimplementos contratuais de concessionárias.
- Em 03/04/2024, o TCU resolveu arquivar o processo de solução consensual sem manifestação de mérito, em razão de [divergência entre auditores da Secex Consenso e da Secex Energia](#), que segundo a instrução vigente à época, levaria a inadmissão e arquivamento da proposta.
- Cabe assinalar que [o ministro relator, Benjamin Zymler, afirmou que o acordo poderia ser levado adiante pelo governo](#), que para tanto deveria fazer uma análise sobre a conveniência e oportunidade da medida.

- [Segundo o voto do ministro Walton Rodrigues](#), uma das hipóteses discutidas e negociadas na Secex consistia na substituição das usinas contratadas pela [UTE Cuiabá \(antiga UTE Mário Covas, reativada em 2011\)](#), também pertencente à Âmbar Energia. Todavia, o ministro reconheceu que tal proposta contrariava as disposições do edital, pois usinas existentes e em operação, como a UTE Cuiabá, não estariam habilitadas.

*"§2º Poderão participar do Procedimento Competitivo Simplificado de 2021:*

*I - novos empreendimentos de geração, nos termos do art. 2º, §6º, da Lei n.10.848, de 15 de março de 2004; e*

*II - empreendimentos existentes de geração que não tenham entrado em operação comercial até a data de publicação do Edital, nos termos do art. 2º, §§ 7º-A e 7º-B, da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, desde que a energia proveniente da Usina".*

[Procedimento de Contratação Simplificado 01/2021 \(PCS 01/2021\)](#)

- Em outras palavras, um acordo de conciliação nesses moldes acarretaria riscos jurídicos, violando as normas do instrumento convocatório e potencialmente desrespeitando o princípio da isonomia entre os participantes do processo licitatório, levando à judicialização do acordo.
- [Segundo levantamento da reportagem da Piauí](#), Alexandre Silveira agiu celeremente para fechar o acordo com a Âmbar Energia sem aguardar a manifestação da Aneel. O texto foi aprovado pela AGU também rapidamente e assinado por Silveira no dia seguinte para encaminhamento ao TCU.
- No [despacho de Silveira](#), fica evidente que o acordo permitirá à Âmbar operar a térmica UTE Cuiabá em vez das quatro previstas, reduzir as multas contratuais para 1,1 bilhão, reperfilear o contrato e eliminar a geração inflexível. São medidas que violam as previsões do edital e oferecem benefícios financeiros significativos ao operador inadimplente.
- O julgamento do acordo estava marcado para o dia 10 de julho no TCU, mas foi retirado de pauta. E em novo capítulo do processo, [o Ministério Público representou para que o MME e a Aneel rescindissem o contrato com a Âmbar Energia](#) no dia 11 de julho. O Parquet solicita ainda que o TCU avalie as disposições da [MP 1212/2024](#), para que a corte avalie sobre eventuais benefícios indevidamente concedidos à Âmbar.

## Medida Provisória beneficiando a J&F no caso da Amazônia Energia

- Lembremos que, a pouco mais de um mês, a Âmbar também foi beneficiada pela Medida Provisória da J&F ([MP 1212/2024](#)), que destina recursos da CDE para assegurar o pagamento à Âmbar como fornecedora de energia para a Amazônia Energia. Essa conta garantida à Âmbar será suportada por todos os consumidores de energia no Brasil, sem distinção.
- Embora o [ministro Alexandre Silveira tenha declarado a existência de mera "coincidência"](#) entre o fechamento do negócio entre a Âmbar Energia e a Eletrobras, seguido imediatamente pela publicação de uma medida provisória beneficiando a empresa dos irmãos Batista, [um levantamento do Estadão revelou que houve pelo menos 17 reuniões oficiais entre o ministro e representantes da empresa](#).
- O último encontro teria ocorrido em 29 de maio, apenas uma semana antes da publicação da MP. Essas "coincidências" expõem cada vez mais a confraria existente entre Silveira, Lula e os irmãos Batista.
- Cabe ainda mencionar que diante das garantias e outros benefícios oferecidos pelo governo, [a Âmbar também apresentou à Aneel proposta não vinculante pela Amazonas Energia](#).



*"17 encontros com a empresa e aí sai uma MP que a beneficia? E logo para empresa desses irmãos Batista, que já confessaram atos de corrupção nos governos petistas? Esse ministro terá que comparecer aqui no Senado para se explicar."*

[Sen. Damares Alves \(REPUBLICANOS-DF\), no X.](#)

## Contrato com a Bolívia beneficiando a Fluxus, do grupo J&F

- E as iniciativas não param por aí: o governo brasileiro está buscando parcerias internacionais para alavancar os negócios da J&F no setor de gás natural na Bolívia e na Argentina.
- [Durante um discurso na Bolívia](#), o presidente Lula destacou o gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) como uma rota estratégica para importar gás da Argentina, conciliando o aproveitamento do campo de Vaca Muerta e a capacidade ociosa do Gasbol.



- A solução contratual resolveria uma questão muito debatida sobre como viabilizar a comercialização do gás de Vaca Muerta ao Brasil. Cabe lembrar que o ex-ministro da Economia da Argentina e candidato derrotado por Milei, [Sérgio Massa, chegou a anunciar que o BNDES financiaria um gasoduto para levar gás da bacia de Neuquén até a fronteira com o Brasil](#), a um custo estimado em R\$ 4,2bi.
- O financiamento não se efetivou por regras de *compliance* do BNDES e a existência de [uma série de problemas ambientais de Vaca Muerta, que respingariam no governo brasileiro](#), considerando que as críticas à exploração por fraturamento hidráulico (*fracking*), uma técnica reconhecidamente mais poluente, aliadas aos conflitos com a comunidade indígena Mapuche, representam um potencial embaraço adicional para o governo na COP30.
- Em novembro de 2023, a Fluxus, outra empresa dos empresários Joesley e Wesley Batista, arrematou [o campo Centenario em Neuquén \(Vaca Muerta\) e o campo de Ramos em Salta](#).
- Nesse novo contexto, a solução aventada pelo governo brasileiro é aparentemente mais barata (um contrato) e discreta, agradando em cheio os "campeões nacionais". E em mais um exercício de "visão prospectiva", os irmãos Batista se posicionam em um cenário inóspito cientes de que o PT aparecerá para salvar o dia.



# Governo e Anatel Facilitam Desconto Bilionário para a Oi em Acordo Controverso e Prejudicial

*Acordo entre a Oi, a Anatel e o Ministério das Comunicações resultou em uma perda potencial de R\$ 14,8 bilhões em recursos públicos.*

## Síntese

- Um acordo entre a Oi, a Anatel e o Ministério das Comunicações estabelece que a empresa investirá R\$ 5,8 bilhões no setor de telecomunicações, como compensação pelo valor econômico que obterá na negociação com o governo.
- No entanto, o acordo resultará em uma potencial perda de R\$ 14,8 bilhões em recursos públicos, considerando que o valor econômico do negócio foi avaliado em R\$ 20,3 bi pela Anatel em conjunto com consultoria externa.



## Análise

- [Acordo entre a Oi, a Anatel e o Ministério das Comunicações](#) prevê R\$ 5,8 bilhões em investimentos no setor de telecomunicações para compensar o valor econômico que a empresa obterá na negociação com o governo.
- No entanto, identificamos uma potencial perda de pelo menos R\$ 14,8 bilhões em recursos públicos, em uma espécie de "desconto" oferecido para a empresa.
- O acordo prevê que a Oi migre do regime público de concessão de telefonia fixa (com obrigações de universalização e continuidade, financiados por tarifas) para o regime privado de autorização (com preços livres e redução nos custos operacionais). Em outras palavras, a empresa não será mais detentora de uma concessão pública.
- Extinta a concessão, entra o ponto mais controverso do acordo: a valoração econômica. Em especial, destaca-se a avaliação dos bens reversíveis, que abrangem a infraestrutura física utilizada, como centrais telefônicas, postes, torres, cabos e fibras óticas; equipamentos de transmissão e comutação, como rádios, antenas, switches e roteadores; instalações de suporte, como edifícios, instalações técnicas e data centers.

*"22. A questão relativa aos bens reversíveis é o cerne de importante divergência estabelecida entre as unidades técnicas do TCU representadas na CSC e apresenta centralidade para o desfecho deste processo".*

### [Relatório da Solução Consensual.](#)

- De acordo com o §1º do art. 35 da Lei de Concessões, há a obrigação de devolução desses bens ao poder concedente.

*"Art. 35. Extingue-se a concessão por:*

*[...]*

*§ 1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato".*

### [Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.](#)





- Nesse contexto, a Lei nº 13.879/2019 atribui à Anatel a competência para realizar o cálculo do valor econômico da adaptação, nos casos em que há a transição do regime de concessão pública para o regime de autorização privada, como se enquadra à situação da Oi.
- Tal medida possibilita ao concessionário privado a continuidade de suas atividades mediante a compensação financeira correspondente a esses bens públicos, garantindo, simultaneamente, ao governo a recuperação dos valores previamente investidos em infraestrutura.

**"Art. 144-B. O valor econômico associado à adaptação do instrumento de concessão para autorização prevista no art. 144-A será determinado pela Agência, com indicação da metodologia e dos critérios de valoração.**

[...]

*Art. 144-C. Para efeito do cálculo do valor econômico mencionado no art. 144-B, serão considerados bens reversíveis, se houver, os ativos essenciais e efetivamente empregados na prestação do serviço concedido.*

*Parágrafo único. Os bens reversíveis utilizados para a prestação de outros serviços de telecomunicações explorados em regime privado serão valorados na proporção de seu uso para o serviço concedido".*

[Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019.](#)

- De acordo com levantamento realizado pela Anatel, com auxílio de consultoria externa (Consórcio Axon-MS-CPQD), calculou-se um valor econômico de R\$ 20,3 bi, sendo que desses R\$ 14,7 bi seriam referentes ao valor real dos bens reversíveis, conforme apresentado no [Relatório da Solução Consensual, página 60](#).
- Devido à discrepância entre o compromisso de investimento de R\$ 5,8 bilhões oferecido pela Oi e o valor econômico de R\$ 20,3 bilhões que será recebido, o documento menciona a discordância expressa do órgão de Auditoria de Comunicações do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público junto ao TCU, que se manifestaram pela rejeição do acordo.

"155. Apesar de contar com a concordância da empresa, da Anatel, do Ministério das Comunicações e da SecexConsenso, o acordo foi contestado pela AudComunicações e pelo Ministério Público junto ao TCU, que se manifestaram pela sua rejeição".

[Relatório da Solução Consensual.](#)

- Nesse sentido, o acordo tal como firmado ocasiona uma perda potencial para o governo de pelo menos R\$ 14,8 bi (71% do valor econômico), que consideramos um montante expressivo para um desconto a ser oferecido a um particular em sede de solução consensual. Destaca-se que o valor definido não encontra respaldo na avaliação econômica realizada pela Anatel, tal como previsto na [Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019](#).
- A negociação ganhou visibilidade e repercussão pela publicação de [reportagem da revista Piauí](#), que detalhou aspectos dos bastidores dessa negociação. De acordo com as informações obtidas pela reportagem, o acordo favorece ainda a empresa V.tal, empresa de telecomunicações de propriedade do BTG Pactual, o maior banco de investimentos do país, liderado por André Esteves, que também é credor da Oi.
- O acordo proposto permitirá a transferência da propriedade definitiva dos bens reversíveis para a Oi, que, a partir dessa transferência, poderá dispor dos referidos bens conforme sua conveniência, incluindo a possibilidade de vendê-los à V.tal.





# Favoritismo Escancarado: Governo Lula e J&F Envolvidos em Polêmico Litígio da Eldorado Celulose

*Relações suspeitas entre o governo Lula e a J&F são expostas em um litígio polêmico envolvendo a venda da Eldorado Celulose, levantando contestações sobre mais um favorecimento político e falta de transparência.*

## Síntese

- Reportagem de Raquel Landim expôs "estranhas coincidências" no favorecimento da J&F na venda da Eldorado Celulose, incluindo intervenções públicas de Paulo Pimenta.
- Joesley Batista esteve em Candiota com Pimenta para anunciar doações e prometer empregos, enquanto a J&F contestava a venda da Eldorado com apoio político, resultando em uma defesa pública de Paulo Pimenta e em uma nota técnica do Inbra inviabilizando a conclusão da transação.





## Análise

- [Reportagem da colunista Raquel Landim](#) expôs uma série de "coincidências" envolvendo o favorecimento da J&F no caso da venda da Eldorado Celulose, empresa do grupo.
- Relata-se relações e acontecimentos envolvendo Paulo Pimenta (Ministro-Chefe da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul), Paulo Teixeira (Ministro de Desenvolvimento Agrário), por intermédio do Incra, e Joesley Batista.
- Em setembro de 2023, a Âmbar Energia, empresa do grupo J&F, adquiriu a usina termelétrica deficitária de Candiota/RS, cuja venda era conveniente para o plano de descarbonização da Eletrobras. Em outubro, Joesley Batista esteve em Candiota para anunciar doações de casas e prometer manutenção de empregos e novos investimentos.
- Paulo Pimenta, então ministro-chefe da Secretaria de Comunicação e provável candidato do PT ao governo do RS, participou do evento ao lado de Joesley, demonstrando uma relação de cumplicidade e colhendo frutos políticos da transação entre a Eletrobras e a Âmbar Energia.



[Joesley Batista e Paulo Pimenta em Candiota \(RS\), reportagem de Raquel Landim.](#)

- Ato contínuo, a reportagem identifica uma série de movimentos de ministros do governo petista, que favoreceram o grupo J&F no caso da venda da Eldorado Celulose, antiga propriedade do grupo. A Eldorado foi vendida para a empresa Paper Excellence em 2017, no auge das denúncias de corrupção envolvendo a J&F.

- Em 2018, os irmãos Batista contestaram a transação com a Paper Excellence em um procedimento de arbitragem, que resultou em uma decisão desfavorável a eles, seguido por outro revés na primeira instância judicial. **A J&F Investimentos foi [representada na causa por um ilustre advogado, Ricardo Lewandowski](#), atual ministro da Justiça.**
- [A litigância teve continuidade por intermédio de uma ação popular](#) movida pelo ex-prefeito de Chapecó (SC), Luciano Bulignon, que argumentou que a Eldorado é proprietária de imóveis rurais e, portanto, a negociação deveria ter sido autorizada pelo Incra.
- Surpreendentemente, **Pimenta atacou nas redes sociais a empresa que disputa com a J&F pelo controle da Eldorado Celulose. O fato chama atenção, pois não há histórico de manifestações prévias ou envolvimento anterior de Pimenta com o assunto.**

*"MPF pede suspensão de transferência da Eldorado para a Paper Excellence!! Ninguém pode estar acima da lei e da CF. Esta situação atenta contra nossa soberania e essa e outras vendas a revelia da lei devem ser anuladas !! <https://t.co/pUvvUzysEX>".*

[Paulo Pimenta, na Plataforma X.](#)

- A ação popular foi derrotada na primeira instância e o processo foi parar no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) em sede de recurso. Liminarmente, o desembargador [Rogério Favreto determinou a suspensão dos atos de transferência da Eldorado Celulose](#) até que sejam apresentadas permissões pelo Incra e pelo Congresso Nacional.
- Rogério Favreto foi filiado ao PT de 1991 a 2010 e ocupou diversos cargos no Governo Federal, tornando-se desembargador federal do TRF-4 em 2011, nomeado por Dilma Rousseff, pelo quinto constitucional, em vaga destinada à advocacia. Favreto [ganhou notoriedade ao conceder um habeas corpus controverso a Lula durante seu plantão judicial, que foi posteriormente anulado](#). É notável também [sua amizade da época de militância com figuras como Paulo Pimenta e Tarso Genro](#).
- **A decisão de Favreto foi apoiada por [nota técnica emitida pelo Incra](#), órgão sob a supervisão do Ministério do Ministério de Desenvolvimento Agrário, comandado por Paulo Teixeira (PT/SP).**

- De acordo com a versão oficial, o Inbra recebeu uma "[denúncia anônima sobre a venda da Eldorado](#)", que estaria em desconformidade com a legislação, o que ensejou o início de um processo administrativo interno.
- Na nota, o órgão recomenda que a Eldorado Brasil Celulose S.A. e suas acionistas obtenham autorização prévia do Congresso Nacional e dos órgãos competentes para a aquisição, conforme a legislação aplicável. Além disso, orienta-as sobre a possibilidade de cancelar a aquisição e solicitar a autorização de forma adequada.
- Em comunicado ao mercado, a Paper Excellence afirma que há litigância de má-fé por parte da J&F, que busca criar "factóides e versões fantasiosas" para confundir a justiça brasileira e os órgãos federais, sendo a legalidade do negócio reconhecida em processos anteriores sobre o mesmo assunto.

*"A Eldorado Celulose é proprietária apenas de 5% (14.464 hectares) das terras que utiliza em sua operação, que estão localizadas em áreas urbanas - isso representa menos de 1% do preço pago pela Paper na transação de compra das ações da Eldorado (R\$ 15 bi)."*

[Paper Excellence, em nota.](#)

- **Em nítida contradição, [o Inbra permitiu a instalação de fábrica de celulose da companhia chilena Arauco em Inocência/MS](#), a aproximadamente 130 km de Três Lagoas/MS, onde se localiza a fábrica da Eldorado.**
- A área destinada ao projeto, de 1.000 hectares, foi rapidamente alterada de rural para urbana pela Superintendência Regional do Inbra, liberando a Arauco das restrições aplicáveis a estrangeiros. Trata-se da mesma Superintendência que rejeitou o pedido similar para a fábrica da Eldorado.
- Esse episódio evidencia o enviesamento e a arbitrariedade do Inbra, comprometendo a competitividade ao não garantir condições equitativas e regras claras para todos os participantes.





## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### **Incoerência Diplomática de Lula: Brasil Condena Ataque na Ucrânia, Mas Silencia sobre a Rússia**

*O governo Lula condena o ataque a um hospital infantil na Ucrânia sem mencionar a Rússia, evidenciando incoerência diplomática e levantando questionamentos sobre seu compromisso com a justiça e os direitos humanos.*

Sem citar a Rússia, Brasil condena ataque a hospital infantil na Ucrânia, pede que responsáveis cumpram “suas obrigações perante o direito internacional humanitário” e defende diálogo.

Na última segunda-feira (8), sem citar a Rússia, o Itamaraty condenou o bombardeio que atingiu o hospital infantil Ohmatdyt, na capital ucraniana de Kiev. O ataque ocorreu em meio a uma série de mísseis russos direcionados a várias cidades da Ucrânia



Ao menos 43 pessoas, incluindo três crianças, foram mortas nas ofensivas à capital, disse a administração militar da cidade de Kiev. Dessas, duas pessoas foram mortas e pelo menos 16 ficaram feridas no ataque ao hospital infantil. Pelo menos outras dez morreram em ataques concomitantes pelo país.

No texto do Itamaraty, não há qualquer condenação ao ditador russo Vladimir Putin. O governo brasileiro apenas “reitera sua condenação aos ataques”, sem dizer quem os realizou.

*“O governo brasileiro condena o bombardeio que atingiu hoje o hospital infantil Ohmatdyt, em Kiev, que resultou em número expressivo de vítimas fatais, incluindo crianças. O governo brasileiro reitera sua condenação a ataques em áreas densamente povoadas, especialmente quando acarretam danos a instalações hospitalares e a outras infraestruturas civis, e expressa sua solidariedade às vítimas e a seus familiares.”*

A ausência da menção explícita à Rússia enfraquece a condenação do ataque. A omissão de um culpado específico pode diluir a responsabilidade e reduzir a pressão internacional sobre a Rússia para cessar suas ações agressivas, além de demonstrar que o governo brasileiro é conivente com os ataques. Num momento em que a comunidade internacional busca formas de responsabilizar os agressores e proteger os civis, a falta de uma posição firme e direta do Brasil pode ser vista como uma lacuna significativa em seu compromisso com a justiça e os direitos humanos.



*“Qual o objetivo de Putin ao atacar, com mísseis, alvos civis na Ucrânia, inclusive um hospital infantil? Disseminar terror? O silêncio seletivo do Governo Lula envergonha o Brasil.”*

[Sen. Sergio Moro \(UNIÃO-PR\), no X.](#)

**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

*“O governo Lula omite a Rússia em críticas, mas é rápido em condenar Israel. Mais uma vez, o PT evidencia sua diplomacia seletiva e ideológica, que ignora agressões graves de aliados e apequena nossa política externa. É o #PadrãoPT, que compromete a credibilidade e os valores democráticos do Brasil!.”*



[Sen. Rogério Marinho \(PL-RN\), no X.](#)

Por outro lado, quando se trata do posicionamento do governo brasileiro em relação ao ataque aéreo de Israel na região de Deir el-Balah, na Faixa de Gaza, em abril deste ano, a postura tende a ser mais clara e direta, condenando explicitamente as ações de Israel, acusando o país de “genocídio” com base em narrativas e dados do Hamas.

*“O governo brasileiro reitera o firme repúdio a toda e qualquer ação militar contra alvos civis, sobretudo aqueles ligados à prestação de ajuda humanitária e de assistência médica. Reitera a importância do cumprimento da demanda de um cessar-fogo imediato contida na resolução 2728 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em 25 de março. E recorda o caráter obrigatório das medidas cautelares proferidas pela Corte Internacional de Justiça, em 26 de janeiro, e ampliadas, em 28 de março, no âmbito do processo instaurado contra **Israel**, com base na Convenção para a Repressão e Punição do Crime de Genocídio.”*

Em 17 de outubro de 2023, o PT protestou energicamente contra a Embaixada de Israel em uma nota, afirmando que "pelo menos 500 civis foram mortos no bombardeio de um grande hospital em Gaza", um evento que nunca aconteceu. No dia seguinte, 18 de outubro, Lula reforçou essa acusação de maneira dissimulada em suas redes sociais, tentando prejudicar a reputação do Estado judeu.





*“O ataque ao Hospital Baptista Al-Ahli é uma tragédia injustificável. Guerras não fazem nenhum sentido. Vidas perdidas para sempre. Hospitais, casas, escolas, construídas com tanto sacrifício destruídas em instantes. Refaço este apelo. Os inocentes não podem pagar pela insanidade da guerra.”*

[Presidente Lula, no Instagram.](#)

Investigações jornalísticas e militares concluíram que a explosão no estacionamento do hospital, onde os prédios ficaram intactos, foi causada de forma acidental por um foguete da Jihad Islâmica, lançado de dentro da Faixa de Gaza por terroristas aliados do Hamas.

Historicamente, o presidente Lula tem mantido relações próximas com países de regimes autoritários como Cuba, China, Venezuela e Rússia. Além disso, o governo Lula não classifica o Hamas como um grupo terrorista. Essa posição difere da adotada por vários países, incluindo os Estados Unidos, a União Europeia e Israel, que consideram o Hamas uma organização terrorista.

**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

